



PARA ONDE VAI A HISTÓRIA DOS CONCEITOS? DAS HISTÓRIAS NACIONAIS ÀS HISTÓRIAS ENTRELAÇADAS

Whither Conceptual History? From National to Entangled Histories

Margrit Pernau^a

 <http://orcid.org/0000-0002-8392-3454>
E-mail: pernau@mpib-berlin.mpg.de

^aMax Planck Institute for Human Development, Center for the History of Emotions,
Berlim, Alemanha

RESUMO

A última década testemunhou uma notável internacionalização na história conceitual. Pesquisas nunca cobriram tantas línguas e países, e muitos estudos comparativos de qualidade foram desenvolvidos. Este artigo reflete sobre a possibilidade de alçar a história conceitual para além da comparação. Assim como as nações, as linguagens não podem mais ser consideradas como entidades naturalmente dadas, mas precisam ser vistas como profundamente moldadas por trocas históricas. Isso leva a história conceitual a um diálogo com os estudos de tradução em uma tentativa comum de desvendar como equivalências entre línguas têm sido criadas pelos agentes históricos.

PALAVRAS-CHAVE

História dos conceitos. História global. Estudos de tradução.

ABSTRACT

The last decade has witnessed a remarkable internationalization in conceptual history. Research covers more countries and languages than ever before, and there have been several very good comparative studies. This article reflects on the possibility of taking conceptual history beyond comparison. Like nations, languages can no longer be considered as naturally given entities, but must be viewed as profoundly shaped by historical exchanges. This brings conceptual history into a dialogue with translation studies in a common attempt to unravel how equivalents between languages have been created by the actors.

KEYWORDS

History of concepts. Global history. Translation studies.

Desde o seu surgimento como uma disciplina acadêmica no final do século XVIII e início do século XIX, a escrita da história esteve intimamente ligada com o projeto nacional: a investigação da história de uma nação era uma estratégia importante para determinar ou mesmo apresentar a identidade nacional como uma qualidade imutável ao longo dos tempos.¹ Enquanto a historiografia do Iluminismo imaginava a possibilidade dessas histórias nacionais coexistirem, compondo uma visão da história do mundo, no século XIX os historiadores cada vez mais se viam no papel de funcionários do Estado. Para ambos, o quadro de referência óbvio da maior parte do trabalho historiográfico era a nação.

Esse paradigma foi desafiado nos últimos quinze a vinte anos, sob as rubricas da *história transnacional* ou da *história global*. Ambas as abordagens visam substituir o lugar central que as nações mantiveram na historiografia pelo foco nas transferências e nos entrelaçamentos que ocorrem entre elas – as nações, segundo sua tese central, não são preexistentes a esses múltiplos encontros, mas constituídas por eles.² Essas abordagens devem ser diferenciadas de dois movimentos mais antigos que visavam superar a ênfase em uma única nação, a saber, a história internacional e a história comparativa. A internacionalização da historiografia visa expandir o foco além da história de uma única nação – por exemplo, as universidades tradicionalmente complementam o ensino da história de sua própria nação, criando cátedras para ensinar a de outras nações. Isso vale para as velhas versões de livros ou séries de livros sobre a história da Europa ou do mundo, que funcionam pelo princípio de adição. Embora essa abordagem possa ser mais ou menos nacionalista, ou mesmo visar a superação do nacionalismo por meio de uma visão de mundo segundo a qual as nações coexistem pacificamente, com base em direitos e dignidade iguais, ela ainda toma como referência a nação como uma unidade autônoma e claramente demarcada (DIWALD; ZEEEDEN, 1975; DURANT; DURANT, 1935).

A história comparada, por outro lado, tem como objetivo fazer as histórias nacionais dialogarem, procurando semelhanças e dessemelhanças de modo a descobrir regras de causalidade válidas, quando não universalmente, ao menos para uma macrorregião. Embora a comparação não precise ocorrer apenas entre nações – temos estudos comparando cidades, regiões ou até civilizações inteiras – pelo menos para a história moderna a maioria dos projetos tende a usar as nações como referência. A comparação costuma ser chamada de “alternativa das ciências sociais” aos experimentos que os cientistas naturais são capazes de realizar.³ Até certo ponto, isso já desafia a base historicista da historiografia nacionalista. Cada nação não é mais um universo em si mesmo, mas está sujeita às mesmas leis que todas as outras nações. Aqui a história comparativa moderna retoma as tradições do Iluminismo. Contudo, de forma a produzir conclusões verificáveis, os objetos de comparação devem ser claramente definidos. Além disso, essa definição deve permanecer estável durante todo o período sob investigação – talvez essa seja uma das razões pelas quais as nações parecem a escolha óbvia para a maioria das comparações. Podem existir relações históricas entre as nações em estudo, mas como não são consideradas constitutivas, não são centrais para a investigação. Pelo contrário, é o historiador ou

¹ Para uma introdução ao debate, ver Stefan Berger e Chris Lorenz (2010).

² Para uma elaboração mais extensa, ver Pernau (2011).

³ Um bom resumo da discussão pode ser encontrado em Welskopp (1995).

historiadora que estabelece os vínculos entre os objetos de comparação de acordo com as questões que conduzem sua pesquisa. Embora as diferenças nas tradições historiográficas nacionais e a organização diferente do material de arquivo devam ser levadas em consideração, a história comparada é compatível e capaz de basear-se nas histórias nacionais, em particular naquelas cujas visões vão em direção a um mundo de nações coexistentes (BLOCH, 1963, 1969; BREUILLY, 1992; COHEN; O'CONNOR, 2004; EISENSTADT, 1968; GERSCHENKRON, 1962; HAUPT; KOCKA, 2009; LORENZ, 1999; MOORE, 1966; SKOCPOL, 1979; TILLY, 1984).

A historiografia que estuda transferências distinguiu nitidamente sua abordagem da história comparada, apontando para a pouca atenção que a metodologia comparativa dava aos vínculos já existentes entre as nações. Em vez disso, insistiu que as unidades nacionais nunca existiram isoladamente, mas que movimentos em todos os níveis – de pessoas, de bens, de conhecimento – são centrais para a compreensão do que aconteceu não apenas entre, mas também dentro das nações. Essas transferências podem ser desencadeadas por fatores de atração-repulsão (*pull-push factors*). De qualquer forma, diferenças de poder – percebidas ou reais – tornam-se elementos importantes a serem considerados. Na prática historiográfica, as relações entre nações podem ser divididas em uma infinidade de transferências discretas, cada uma se movendo em uma única direção e tendo um começo e um fim. Os objetos transportados são incorporados a um novo contexto, um processo que envolve mudanças tanto nos objetos, na medida em que adquirem novo significado no novo contexto, e no contexto, na medida em que reage à importação. Embora a história das transferências tenha sido um dos motores da história transnacional, ela ainda pôde encontrar acolhida dentro do paradigma nacional. As nações não são mais vistas em esplêndido isolamento, mas, ontológica e temporalmente anteriores a elas, constituem ainda a referência básica para as transferências (ADAM, 2011; ESPAGNE; WERNER, 1988; ESPAGNE, 1994; FUCHS; STUCHTEY, 2002; GIENOW-HECHT; SCHUMACHER, 2003; KAEUBLE, 2003; MUHS, 1998).

Essa posição tem sido cada vez mais atacada, por um lado, pela *Histoire croisée*, desenvolvida por Michael Werner e Bénédicte Zimmermann, um método que foi adotado principalmente por historiadores franceses e alemães (WERNER; ZIMMERMANN, 2002, 2004, 2006); por outro, por noções de “histórias entrelaçadas”, as quais têm laços estreitos com o movimento por uma nova história imperial no mundo anglófono e são marcadas por teorias pós-coloniais (BURTON, 1997; COOPER; STOLER, 1997; HALL, 2002; CONRAD; SACHSENMAIER 2007; GRANDMAISON, 2009; WILSON, 2004). Essas abordagens convergem na insistência de que as nações não antecedem as trocas entre elas, mas são constituídas por intermédio desses mesmos encontros. Toda transferência é um processo bidirecional, que influencia não apenas o receptor, mas também o remetente, embora sob condições diferentes, de maneira diferente e com resultados diferentes. Portanto, a investigação das relações históricas constitui o núcleo do projeto historiográfico. Escrever uma história da França ou da Grã-Bretanha que não leva em conta seu estreito envolvimento com as colônias, ou com outras nações europeias, resulta não apenas em uma imagem incompleta (que poderia ser concluída posteriormente), mas em uma imagem defeituosa desde sua criação. Não há como histórias nacionais somarem-se em uma história entrelaçada – as relações e interdependências que foram deixadas de fora da investigação em primeiro lugar não podem ser infundidas nos textos finais. Uma objeção válida a essas afirmações é que, embora os entrelaçamentos possam ser

importantes, eles não podem – e de fato não deveriam – ignorar que as nações são uma categoria importante desde o século XVIII. Apesar da importância que tinham para ordenar a visão de mundo dos contemporâneos, os entrelaçamentos não tocam em tudo. Pelo contrário, o desenho das fronteiras e a recusa consciente de interações e transferências faz parte do quadro da realidade histórica tanto quanto o fazem os contatos transnacionais. Metodologicamente, no entanto, a avaliação da importância do entrelaçamento pressupõe a perspectiva transnacional.

Então, onde estamos na história conceitual? A última década testemunhou uma internacionalização notável da pesquisa e das redes de pesquisa. Além de regiões com uma longa história de pesquisa no campo, como Alemanha e Finlândia, grandes projetos de história conceitual estão em andamento na Europa Central e Oriental, no mundo ibero-americano, na China, na Coreia e na Índia, enquanto há ainda mais pesquisadores independentes em outros países. Muitos desses novos projetos funcionam dentro de uma estrutura nacional e monolíngue, mas também existem empreendimentos que se esforçam para seguir um único conceito em uma pluralidade de histórias, e assim liderar o caminho para a história comparada. Esses projetos são importantes para o desenvolvimento da história dos conceitos.⁴

Contudo, como na historiografia em geral, também na história conceitual a comparação não precisa envolver a transcendência de fronteiras nacionais ou a investigação de transferências e relações entre os objetos de estudo. A comparação de conceitos pode, portanto, basear-se em pesquisas existentes que foram conduzidas dentro do paradigma nacional, trazendo diferenças e semelhanças inesperadas e, assim, muitas vezes gerando novas questões (KOSELLECK; SPREE; STEINMETZ, 2006, p. 402-461; KOSELLECK; PRESNER, 2002; GÖTZ, 2001; IHALAINEN, 2005, 2010).

Uma história transnacional dos conceitos coloca uma série de desafios metodológicos para os pesquisadores. Um dos projetos do nacionalismo desde o final do século XVIII tem sido estabelecer uma correlação entre a nação e seu idioma. No entanto, as nações nunca foram isoladas umas das outras, nem tiveram línguas exclusivas. Mesmo após a substituição das línguas eruditas medievais e da primeira modernidade (latim para a Europa, persa para o corredor que passa pela Ásia Central, o Irã e chega até o norte da Índia) pelas vernáculas, as pessoas e os textos continuaram a atravessar fronteiras, envolvendo-se em processos de tradução, tanto orais quanto escritas. Se a história conceitual, portanto, busca avançar para a investigação de transferências, a colaboração estreita com os estudos de tradução é de importância central. Se queremos escrever uma história transnacional em oposição à história conceitual comparativa, precisamos começar a pensar sobre a linguagem e as línguas de uma nova maneira.

Essa colaboração foi muito facilitada pela virada cultural nos estudos de tradução ocorrida desde meados dos anos 1990 (DINGWANEY; MAIER, 1995; BACHMANN-MEDICK, 1997; HAMMERSCHMID; KRAPOTH, 1998; BASSNETT; LEFEVERE, 1998; SNELL-HORNBY, 2006; CRONIN, 2006; BURKE; HSIA, 2007; MUNDAY, 2009; BAKER, 2010). Tradicionalmente, a tradução foi vista como ocorrendo entre

⁴ Para um importante exemplo dessa abordagem, ver o projeto de longo prazo de Pim den Boer (2001; 2007a, 2007b) sobre o conceito de civilização em uma grande variedade de contextos nacionais. Vide também Javier Fernández Sebastián (2008), Raymonde Monnier (2008) e Hagen Schulz-Forberg (2014).

duas línguas entendidas enquanto entidades plenas e dotadas de limites estáveis. O objetivo do tradutor era identificar os significados das expressões linguísticas em uma língua e transportá-los o mais fielmente possível para a outra língua, sendo que cabia aos estudos de tradução avaliar quão bem sucedido ele ou ela teriam sido nesse empreendimento. É claro que há muito se sabe que o significado raramente pode ser traduzido de maneira perfeita. Mas, se isso era deplorado, como no clássico *bon mot* “traduttore, traditore”, ou se a traição da tradução era celebrada ao adicionar novo significado ao original (BENJAMIN, 2000), de qualquer forma o tradutor era visto como trabalhando com línguas dadas, que ele não mudava.

A virada cultural nos estudos de tradução colocou o tradutor em perspectiva enquanto agente ativo e criativo. Foi proposto que os tradutores não “achavam” equivalentes entre línguas, mas os criavam. A tradução tornou-se, assim, um empreendimento negociado e contestado, que era incorporado nas interações sociais e nas relações de poder (COHN, 1997). Isso, por sua vez, exigia uma ênfase nas histórias sociais dos tradutores, bem como na história institucional dos projetos de tradução.

Ao mesmo tempo, a tradução deixou de ser percebida como uma atividade marginal para as línguas envolvidas. Introduzir um conceito de outra língua e incorporá-lo em um novo contexto modificava não apenas o significado da palavra, mas também reestruturava o campo semântico para o qual ela foi importada – traduções não apenas transferem conteúdo de uma língua para outra, mas também transformam a língua de destino, independentemente se isso anda de mãos dadas com uma reconfiguração da experiência de seus falantes. No entanto, rupturas completas ainda são mais raras na linguagem do que em outros campos da história. Mesmo quando uma palavra continua grifada como um estrangeirismo – apontando assim para o fato de que uma tradução não é possível, pois não existe um termo nativo correspondente – para se tornar compreensível, deve ser, se não traduzida, pelo menos explicada com palavras já conhecidas pelos leitores. Esse processo vincula os conceitos às suas experiências linguisticamente incorporadas e, assim, preenche a lacuna entre o eu e o outro, alterando o significado da palavra em seu novo contexto (MUELLER-VOLLMER, 1998).

Se for possível rastrear as traduções mais importantes por meio das quais ocorreu uma transferência de conceitos, o historiador conceitual estará em terreno conhecido. A tarefa consiste, então, em investigar a pré-história da tradução, comparando o significado dos conceitos em diferentes contextos textuais e seguindo a trajetória do conceito em seu novo ambiente, levando em conta as adaptações, as contestações e, possivelmente, as rejeições e as contratraduções.⁵ No entanto, encontrar “traduções” pode não ser tão fácil como parece à primeira vista e se torna mais difícil quanto mais nos afastamos da posição central que antes era conferida aos textos canônicos na formação do significado dos conceitos.

Inversamente ao que esse modelo pressupõe, raramente os tradutores são os únicos responsáveis pelas transferências linguísticas. Com muito mais frequência, encontramos situações em que uma porcentagem substancial de falantes e leitores é

⁵ Para essa abordagem, ver os estudos seminais de Jörn Leonhard sobre o liberalismo (1988, p. 13-15; 2001; 2008, p. 45-63). Para uma convincente elaboração sobre como proceder da comparação à *histoire croisée*, vide Jani Marjanen (2009, p. 239–63).

multilíngue, acessando textos e conceitos diretamente em outra língua. Por sua vez, eles podem atuar como tradutores em um sentido muito amplo do termo, escrevendo resenhas, resumos e explicações em sua língua materna, as quais podem conter a primeira “tradução” de um conceito, mesmo que não esteja caracterizado como tal. Essas traduções podem ser ainda mais ocultas se a referência ao texto original estiver totalmente ausente e os autores simplesmente começarem a usar os conceitos traduzidos – em seus escritos, mas também na comunicação oral. Traduções palavra por palavra de textos canônicos, uma vez realizadas, podem muito bem, nesse caso, recorrer à história de encontros linguísticos, ao invés de ser seu ponto de partida.

O desafio agora enfrentado pela história conceitual é a mudança de uma história da transferência, que reconhece o profundo impacto que as traduções podem ter nas línguas, para uma história entrelaçada. Se as nações não podem mais ser consideradas como dadas, mas devem ser vistas como resultado e constantemente recriadas através desses muitos encontros – o que dizer das línguas? Olhando para elas do ponto de vista da experiência cotidiana, consideramos nosso conhecimento da “língua” como natural, esquecendo que esse é um conhecimento marcado por séculos de cultura impressa, por dicionários e academias de idiomas e, portanto, não é facilmente aplicável em outros contextos linguísticos. O que aconteceria com a História dos Conceitos se partíssemos de uma noção de linguagem como fluída, seus limites o produto de construções sujeitas a debates, sua própria identidade criada por encontros, demarcações e traduções?⁶ É possível encontrar formas de levar em conta o processo de criação e transformação dos limites linguísticos na investigação da transferência e da tradução de conceitos individuais, dos quais esses limites são a origem e o resultado? Como podemos levar em consideração as relações de poder que marcam não apenas traduções específicas, mas relações entre línguas inteiras? Como podemos levar em consideração as percepções mútuas que os falantes têm de seus próprios idiomas e de outros idiomas? Como essas percepções contribuem para o estabelecimento de hierarquias entre idiomas? (KARTTUNEN, 2009).

Se, desta forma, a linguagem não pode mais ser considerada um dado – nem no nível de cada idioma em particular, nem no nível do que poderia significar o conceito de “idioma” – o próximo passo seria integrar os conceitos dos atores às nossas investigações. Qual é a percepção deles sobre sua própria língua e do campo linguístico no qual estão se movendo? O que gramáticas e textos metalinguísticos falam sobre a organização interna percebida de uma língua e sobre os caminhos e modos de demarcação ou não de outras línguas (MITCHELL, 2009)? Qual é a tradição de traduções que antecede e forma o pano de fundo para o processo de tradução sob investigação? Por que os textos estão sendo traduzidos? Quais são os limites além dos quais uma tradução é considerada impossível ou mesmo proibida, como costuma ser o caso dos textos sagrados, que só podem ser apresentados em um idioma? Como, quando, por meio de quais argumentos e por quem esses limites são desafiados e alterados?

⁶ Essa é a direção que os estudos de tradução – especialmente aqueles focados em traduções coloniais e pós-coloniais – estão tomando atualmente. Ver Lydia H. Liu (1995; 1999); Também Douglas R. Howland (2002), Berk Ozlem (2004), Emily Apter (2006), Andrew Sartori (2008), Lisa Mitchell (2009), Carol Gluck e Anna Lowenhaupt Tsing (ed) (2009) e Samah Selim (2009).

Observar a tradução de conceitos em diferentes línguas, como foi mencionado anteriormente, envolve a busca não de equivalências “naturais”, mas do que foi criado por traduções históricas. No entanto, mesmo a própria ideia de que é possível dizer a mesma coisa em diferentes línguas, que as línguas são intercambiáveis pois têm uma função equivalente, precisa de historização, como Lisa Mitchell salientou para o sul da Índia. Monoglossia – o uso da mesma língua para a esfera privada, a administração do estado, o comércio e a religião – é apenas uma maneira possível de organizar a comunicação, maneira que considera as línguas como paralelas e, portanto, potencialmente equivalentes, e não como complementares (MITCHELL, 2009). Isso forma a base para os muitos projetos nacionalistas de reunir as identidades fundamentadas em território, cultura e idioma; para ter sucesso, entretanto, esses projetos precisam não apenas garantir a hegemonia ou mesmo o uso exclusivo de um único idioma, mas a própria reconfiguração do conceito de “idioma”. Se escrever a história transnacional implica desestabilizar a nação como uma categoria dada e, em seu lugar, examinar as práticas por meio das quais ela foi criada, a história conceitual transnacional deve fazer o mesmo com as línguas e o conceito de linguagem e investigar o que Lydia Liu chamou de “práticas translínguas” (LIU, 1995).

Para a historiadora conceitual, isso implica direcionar a atenção não apenas para traduções históricas, como um dos processos muito importantes através do qual o significado é criado e alterado, mas também para o significado que os atores históricos dotam o próprio processo de tradução. Este desafio é ainda reforçado pelo fato de que as traduções que moldaram conceitos raramente envolvem apenas uma fonte e uma língua de destino, mas reúnem encontros entre várias línguas. Para dar apenas um exemplo: as traduções no século XIX entre o inglês e o urdu, a língua do norte da Índia, não podem ser entendidas adequadamente, a menos que se leve em consideração as múltiplas traduções que moldaram os conceitos em inglês no contexto europeu e, ao mesmo tempo, os entrelaçamentos e as fronteiras fluidas entre o urdu e o hindí, por um lado, e o urdu, o persa e o árabe, por outro. Para enfrentar esse desafio de ter que operar ao mesmo tempo com mais línguas do que a maioria dos historiadores pode lidar, a história conceitual a médio e longo prazo terá que avançar em direção a projetos colaborativos estreitamente integrados. Além dos problemas práticos que apresenta, isso também exigirá esforço para uma nova cultura acadêmica, baseada menos no ideal de estudiosos que trabalham em “solidão e liberdade” (HUMBOLDT, 1960) e mais em interação e articulação.

Também significará aceitar o que Koselleck discutiu sob o título de metalinguagem (KOSELLECK; SPREE; STEINMETZ, 2006; PERNAU, 2007a, 2007b). Se os conceitos refletem de perto as experiências, e as experiências tendem a ser diferentes em diferentes contextos históricos e regionais; se, por outro lado, envolvem uma interpretação e, portanto, não apenas uma visão passiva, mas uma modelagem ativa do mundo – como podemos falar e escrever sobre experiências linguísticas em uma língua que não é a que foi criada e criou essas mesmas experiências? O que se perde na tradução? Integrar o legado das traduções históricas é apenas uma solução parcial. Isso evita olhar para línguas como se estivessem entrando em contato pela primeira vez por meio da intervenção do historiador: a relação entre *Bürgertum*, classe média e burguesia, para mencionar os exemplos de Koselleck, não é “inventada” pelo historiador comparativo, mas tem uma longa história, uma vez que os três conceitos se desenvolveram em diálogo uns com os outros. No entanto, caso levemos em conta a extensão pela qual as traduções foram marcadas por relações de poder, essa longa

história de traduções passadas torna-se parte do problema, o qual corremos o risco de incorporar ao uso de nossa própria língua ao confiarmos em traduções históricas. As maneiras pelas quais a criação do conhecimento está implicada no estabelecimento e no fortalecimento das relações de poder foram intensamente debatidas na esteira do Orientalismo de Edward Said (1978). O que tem sido enfrentado em menor grau nesses debates é a extensão que o conhecimento está inserido na linguagem – não apenas na linguagem histórica, mas na própria linguagem analítica que usamos para pensar e escrever sobre o assunto. Mais do que outros, portanto, os historiadores conceituais permanecem inevitavelmente como parte integrante da história que estão investigando. As reflexões sobre metalinguagem, portanto, não nos levam a um nível filosófico abstrato, mas apontam para o dilema muito real e cotidiano do que significa se, em prol da comunicação uns com os outros, usamos o inglês como idioma analítico universal. Nossas categorias e conceitos analíticos estão muito mais próximos da linguagem histórica do que às vezes gostamos de imaginar, e inevitavelmente transportam estruturas históricas de poder para nossa própria pesquisa.

Essa tensão entre a necessidade de uma metalinguagem para colaborar e comunicar através das fronteiras linguísticas e sua impossibilidade, se não seus perigos, não permite uma solução fácil. A autorreflexividade em relação à própria perspectiva linguística, fortemente proposta pela *histoire croisée*, pode atenuar algumas dessas dificuldades, ao expor o difícil legado histórico de nossa linguagem analítica, mas não pode eliminá-las completamente.

REFERÊNCIAS

ADAM, Thomas. *Intercultural Transfers and the Making of the Modern World, 1800–2000: Sources and Contexts*. New York: Palgrave Macmillan, 2011.

APTER, Emily. *The Translation Zone: A New Comparative Literature*. Princeton: Princeton University Press, 2006.

BACHMANN-MEDICK, Doris (ed.). *Übersetzung als Repräsentation fremder Kulturen*. Berlin: Erich Schmidt Verlag, 1997.

BAKER, Mona (ed.). *Critical Readings in Translation Studies*. London: Routledge, 2010.

BASSNETT, Susan; LEFEVERE, André. *Constructing Cultures: Essays on Literary Translation*. Clevedon: Multilingual Matters, 1998.

BENJAMIN, Walter. The Task of the Translator. Trans. Harry Zohn. In: VENUTI, Lawrence (ed.). *The Translation Studies Reader*. New York: Routledge, 2000. p. 9-15

BERGER, Stefan; LORENZ, Chris. *Nationalizing the Past: Historians as Nation Builders in Modern Europe*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010.

BLOCH, Marc. Pour une histoire comparée des sociétés européennes. In: BLOCH, Marc. *Mélanges historiques*. Paris: S.E.V.P.E.N., 1963. Tomo 1.



BLOCH, Marc. A Contribution Towards a Comparative History of European Societies. In: BLOCH, Marc. *Land and Work in Mediaeval Europe*. New York: Harper and Row, 1969.

BREUILLY, John. Introduction: Making Comparisons in History. In: BREUILLY, John (ed). *Labor and Liberalism in Nineteenth Century Europe: Essays in Comparative History*. Manchester: Manchester University Press, 1992.

BURKE, Peter; PO-CHIA HSIA, R. (ed.). *Cultural Translation in Early Modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

BURTON, Antoinette. Who Needs the Nation? Interrogating "British" History. *Journal of Historical Sociology*, Oxford, v. 10, p. 227–248, 1997.

CHATTERJEE, Partha. *Nationalist Thought and the Colonial World*. Delhi: Oxford University Press, 1999.

CHIGNOLA, Sandro. Civis, civitas, civilitas: Translations in Modern Italian and Conceptual Change. *Contributions to the History of Concepts*, Leiden, v. 3, n. 2, p. 234–253, 2007.

COHEN, Deborah; O'CONNOR, Maura (ed). *Comparison and History: Europe in Cross-National Perspective*. New York: Routledge, 2004.

COHN, Bernard S. The Command of Language and the Language of Command. In: ORTNER, Sherry B; DIRKS, Nicholas B; ELLEY, Geoff (ed). *Colonialism and Its Forms of Knowledge: The British in India*. Delhi: Oxford University Press, 1997. p. 16–56.

CONRAD, Sebastian; SACHSENMAIER, Dominic (ed). *Competing Visions of World Order: Global Moments and Movements 1880s–1930s*. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

COOPER, Frederick; STOLER, Ann Laura (ed). *Tensions of Empire: Colonial Cultures in a Bourgeois World*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1997.

CRONIN, Michael. *Translation and Identity*. London: Routledge, 2006.

DEN BOER, Pim. Civilization: Comparing Concepts and Identities. *Contributions to the History of Concepts*, Leiden, v. 1, n. 1, p. 51–62, 2001.

DEN BOER, Pim. Concepts in Focus. *Contributions to the History of Concepts*, Leiden, v. 3, n. 2, p. 207–233, 2007a.

DEN BOER, Pim. Towards a Comparative History of Concepts: Civilization and Beschaving. *Contributions to the History of Concepts*, Leiden, v. 3, n. 2, p. 207–233, 2007b.

DINGWANEY, Anuradha; MAIER Carol (ed.). *Between Languages and Cultures: Translation and Cross-Cultural Texts*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1995.

DIWALD, Hellmut; ZEEDEN, Ernst Walter; MANDROU, Robert; WEIS, Eberhard; SCHIEDER, Theodor; BACHER, Karl Dietrich. *Propyläen Geschichte Europas*. Berlin: Propyläen Verlag, 1975.

DURANT, Will; DURANT, Ariel. *The Story of Civilization*. New York: Simon and Schuster, 1935.

EISENSTADT, Shmuel N. *Comparative Perspectives on Social Change*. Boston: Little, Brown & Co., 1968.

ESPAGNE, Michel; WERNER, Michael. Deutsch-französischer Kulturtransfer als Forschungsgegenstand: Eine Problemskizze. In: ESPAGNE, Michel; WERNER, Michael (ed). *Transferts: Les Relations interculturelles dans l'espace franco-allemand (XVIIIe et XIXe siècle)*. Paris: Editions Recherche sur les Civilisations, 1988. p. 11–34.

ESPAGNE, Michel. Sur les limites du comparatisme en histoire Culturelle. *Genèses*, Paris, v. 17, p. 112–21, 1994.

FUCHS, Eckhardt; STUCHTEY, Benedikt. *Across Cultural Borders: Historiography in Global Perspective*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2002.

GERSCHENKRON, Alexander. *Economic Backwardness in Historical Perspective: a Book of Essays*. Cambridge: Harvard University Press, Belknap Press, 1962.

GIENOW-HECHT, Jessica; SCHUMACHER, Frank. *Culture and International History*. New York: Berghahn Books, 2003.

GLUCK, Carol; TSING, Anna Lowenhaupt (ed). *Words in Motion: Towards a Global Lexicon*. Durham: Duke University Press, 2009.

GÖTZ, Norbert. *Ungleiche Geschwister: Die Konstruktion von nationalsozialistischer Volksgemeinschaft und schwedischem Volksheim; Die kulturelle Konstruktion von Gemeinschaft en im Modernisierungsprozess*. Baden-Baden: Nomos, 2001.

GRANDMAISON, Olivier Le Cour. *La République impériale: Politique et racisme d'Etat*. Paris: Fayard, 2009.

HALL, Catherine. *Civilising Subjects: Colony and Metropole in the English Imagination, 1830–1867*. Chicago: University of Chicago Press, 2002.

HAMMERSCHMID, Beate; KRAPOTH, Hermann (ed.). *Übersetzung als kultureller Prozess: Rezeption, Projektion und Konstruktion des Fremden*. Berlin: Erich Schmidt Verlag, 1998.



HAUPT, Heinz-Gerhard; KOCKA, Jürgen. *Comparative and Transnational History: Central European Approaches and New Perspectives*. New York: Berghahn Books, 2009.

HOWLAND, Douglas R. *Translating the West: Language and Political Reason in Nineteenth Century Japan*. Honolulu: University of Hawaii Press, 2002.

HUMBOLDT, Wilhelm von. Über die innere und äußere Organisation der höheren wissenschaftlichen Anstalten in Berlin [1810]. In: Werke in fünf Bänden. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, p. 255–266, 1960. v. 4.

IHALAINEN, Pasi. *Protestant Nations Redefined: Changing Perceptions of National Identity in the Rhetoric of the English, Dutch and Swedish Public Churches, 1685–1772*. Leiden: Brill, 2005.

IHALAINEN, Pasi. *Agents of the People: Democracy and Popular Sovereignty in British and Swedish Parliamentary and Public Debates, 1734–1800*. Leiden: Brill, 2010.

KAELBLE, Hartmut (ed.) *Vergleich und Transfer: Komparatistik in den Sozial- und Kulturwissenschaften*. Frankfurt a.M./New York: Campus, 2003.

KARTTUNEN, Klaus. *Sabhā–Samāj–Society: Some Linguistic Considerations*. Bangkok: Seminar on Conceptual Histories of the World and Global Translations, 2009.

KOCKA, Jürgen. Comparison and Beyond. *History and Theory*, Middletown, v. 42, n. 1, p. 39–44, 2003.

KOSELLECK, Reinhart; PRESNER, Todd Samuel. *The Practice of Conceptual History: Timing History, Spacing Concepts*. Stanford: Stanford University Press, 2002.

KOSELLECK, Reinhart; SPREE, Ulrike; STEINMETZ, Willibald. Drei bürgerliche Welten? Zur vergleichenden Semantik der bürgerlichen Gesellschaft in Deutschland, England und Frankreich. In: KOSELLECK, Reinhart (ed). *Begriffsgeschichten*. Frankfurt: Suhrkamp, 2006. p. 402–461.

LEONHARD, Jörn. Von der "Idee des Liberalen" zu den "Liberalen Ideen": Historisch-semantischer Kulturtransfer zwischen Übersetzung, Adaption und Integration. In: SCHALENBERG, Marc (ed). *Kulturtransfer im 19. Jahrhundert*. Berlin: Centre Marc Bloch, 1988. p. 13–45.

LEONHARD, Jörn. *Liberalismus: Zur historischen Semantik eines europäischen Deutungsmusters*. Munich: Oldenbourg Verlag, 2001.

LEONHARD, Jörn. Von der Wortimitation zur semantischen Integration: Übersetzung als Kulturtransfer. In: GLEIXNER, Ulrike (ed.). *Übersetzen*. Essen: Klartext-Verlag, 2008. p. 45–63.

LIU, Lydia H. *Translingual Practice: Literature, National Culture, and Translated Modernity: China 1900–1937*. Stanford: Stanford University Press, 1995.

LIU, Lydia H. *Tokens of Exchange: The Problem of Translation in Global Circulations*. Durham: Duke University Press, 1999.

LORENZ, Chris Lorenz. Comparative Historiography: Problems and Perspectives. *History and Theory*, Middletown, v. 38, n. 1, p. 25–39, 1999.

MARJANEN, Jani. Undermining Methodological Nationalism: Histoire croisée of Concepts as Transnational History. In: ALBERT, Matthias (ed.). *Transnational Political Spaces: Agents—Structures—Encounters*. Frankfurt: Campus, 2009. p. 239–263.

MITCHELL, Lisa. *Language, Emotion, and Politics in South India: The Making of a Mother Tongue*. Bloomington: Indiana University Press, 2009.

MONNIER, Raymonde. The Concept of Civilization from Enlightenment to Revolution: An Ambiguous Transfer. *Contributions to the History of Concepts*, Leiden, v. 4, n. 1, p. 106–136, 2008.

MOORE, Barrington. *Social Origins of Dictatorship and Democracy: Lord and Peasant in the Making of the Modern World*. Boston: Beacon Press, 1966.

MUELLER-VOLLNER, Kurt. Übersetzen—Wohin? Zum Problem der Diskursformierung bei Frau von Staël und im amerikanischen Transzendentalismus. In: HAMMERSCHMID, Beata; KRAPOTH, Hermann (ed.). *Übersetzung als kultureller Prozeß: Rezeption, Projection und Konstruktion des Fremden*. Berlin: Schmidt, 1998. p. 11–31.

MUHS, Rudolf; PAULMANN, Johannes; STEINMETZ, Willibald (ed.). *Aneignung und Abwehr: Interkultureller Transfer zwischen Deutschland und Grossbritannien im 19. Jahrhundert*. Bodenheim: Philo, 1998.

MUNDAY, Jeremy (ed.). *The Routledge Companion to Translation Studies*. London: Routledge, 2009.

OZLEM, Berk. *Translation and Westernization in Turkey from the 1840s to the 1980s*. Istanbul: Yayinlari, 2004.

PERNAU, Margrit. Gab es eine indische Zivilgesellschaft im 19. Jahrhundert? Überlegungen zum Verhältnis von Globalgeschichte und historischer Semantik. *Traverse*, Zürich, 14, p. 51–67, 2007a.

PERNAU, Margrit. Transkulturelle Geschichte und das Problem der universalen Begriff e: Muslimische Bürger im Delhi des 19. Jahrhunderts. In: SCHÄBLER, Birgit (ed.). *Area Studies und die Welt: Weltregionen und neue Globalgeschichte*. Vienna: Mandelbaum Verlag, 2007b. p. 117–150.

PERNAU, Margrit. *Transnationale Geschichte: Grundkurs Neue Geschichte*. Göttingen: Van-denhoeck & Ruprecht, 2011.

SAID, Edward Said. *Orientalism*. New York: Pantheon Books, 1978.

SARTORI, Andrew. *Bengal in Global Concept History: Culturalism in the Age of Capital*. Chicago: University of Chicago Press, 2008.

SCHULZ-FORBERG, H. (ed.). *A Global Conceptual History of Asia, 1860-1940*. London: Pickering & Chatto, 2014.

SEBASTIÁN, Javier Fernández. The Concept of Civilization in Spain, 1754–2005: From Progress to Identity. *Contributions to the History of Concepts*, Leiden, v. 4, n. 1, p. 81–105, 2008.

SELIM, Samah (ed.). *Nation and Translation in the Middle East, special issue*. The Translator, v. 15, n. 1, 2009.

SKOCPOL, Theda. *States and Social Revolutions: A Comparative Analysis of France, Russia, and China*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

SNELL-HORNBY, Mary. *The Turns of Translation Studies: New Paradigms or Shifting Viewpoints?* Amsterdam: John Benjamins, 2006.

TILLY, Charles. *Big Structures, Large Processes, Huge Comparisons*. New York: Russell Sage Foundation, 1984.

WELSKOPP, Thomas. Stolpersteine auf dem Königsweg: Methodenkritische Anmerkungen zum internationalen Vergleich in der Gesellschaftsgeschichte. *Archiv für Sozialgeschichte*, Bielefeld, v. 35, p. 339–367, 1995.

WERNER, Michael; ZIMMERMANN, Bénédicte. Vergleich, Transfer, Verflechtung: Der Ansatz der Histoire Croisée und die Herausforderung des Transnationalen. *Geschichte und Gesellschaft*, Göttingen, v. 28, p. 607–636, 2002.

WERNER, Michael; ZIMMERMANN, Bénédicte (ed.). *De la Comparaison à l'Histoire Croisée*, Le Genre Humain, v. 42. Paris: Seuil, 2004.

WERNER, Michael; ZIMMERMANN, Bénédicte. Beyond Comparison: Histoire Croisée and the Challenge of Reflexivity. *History and Theory*, Middletown, v. 45, p. 30–50, 2006.

WILSON, Kathleen (ed.). *A New Imperial History: Culture, Identity, and Modernity in Britain and the Empire, 1660–1840*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Margrit Pernau: Doutora. Universitätsprofessor, Max Planck Institute for Human Development, Center for the History of Emotions, Berlin, Alemanha.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Lentzeallee 94, 14195, Berlin, Germany

TRADUTORES

Flávia Florentino Varella. <https://orcid.org/0000-0001-7123-8807>. E-mail: flavia_varella@hotmail.com. Doutora. Professora adjunta, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Florianópolis, SC, Brasil.

Rodrigo Bragio Bonaldo. <https://orcid.org/0000-0002-3938-5169>. E-mail: rodrigobonaldo@yahoo.com.br. Doutor. Professor adjunto, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Florianópolis, SC, Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

Artigo originalmente publicado com a seguinte referência: Pernau, Margrit (2012). Whither Conceptual History? From National to Entangled Histories. *Contributions to the History of Concepts*, Volume 7, Issue 1, 1-11. © Berghahn Books, New York, Oxford, Reprinted with permission. Esta tradução possui a permissão da autora Margrit Pernau e está coberta pelo direito da autora reutilizá-la.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não houve conflito de interesses.

LICENÇA DE USO

© Direitos autorais de Margrit Pernau. Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)

Rodrigo Bonaldo

Como citar: MARGRIT, Pernau. Para onde vai a História dos Conceitos? Das histórias nacionais às histórias entrelaçadas. *Esboços*, Florianópolis, v. 28, n. 47, p. 197-211, jan./abr. 2021.

